



600.000,00

500.000,00

400.000,00

300.000,00

200.000,00

100.000,00

R\$ -

Janeiro

Fevereiro

Março

Maio

A Contabilidade Ambiental como garantia de responsabilidade ambiental: o caso do passivo ambiental

A Ciência Contábil, assim como as demais ciências, tem a função de empreender esforços em favor do meio ambiente, evidenciando em seus relatórios a poluição, as agressões à natureza e, por conseguinte, defenderá a vida humana. A Contabilidade é uma ciência social aplicada e tem como objeto de estudo o patrimônio de qualquer entidade. As entidades se compõem de bens e pessoas, sendo um sistema social. A exploração desordenada dos recursos naturais do planeta tem suas origens nas ações empresariais, as quais se voltavam sempre para o lucro financeiro. A Contabilidade é a ciência que trabalha com os cálculos e registros dos patrimônios organizacionais, assumindo na atualidade a função de identificar as relações que se estreitam com os assuntos ambientais, envolvendo aspectos econômico-financeiros das entidades. No presente artigo, tem-se como objetivo analisar o papel da contabilidade ambiental na evidenciação da responsabilidade ambiental-empresarial das organizações. Esse estudo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica. A sustentabilidade ambiental é uma exigência da sociedade. Assim, espera-se que mais pesquisas sejam realizadas para desenvolver métodos para melhor evidenciar as relações da empresa com o meio ambiente e a sociedade. Nesse contexto, a contabilidade, enquanto método sistemático de cálculos e demonstrações financeiras, não poderia restringir-se a mensurar quantitativamente somente os lucros e o patrimônio da empresa, devendo demonstrar de maneira clara as informações relativas ao meio ambiente.

Solange Rodrigues dos Santos-Corrêa

Doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Professora do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Rodrigo dos Santos Mota

Bolsista do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores. Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais pela Universidade Estadual de Santa Cruz e Licenciado em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia.

Lino Arnulfo Vieira Cintra

Mestre em Contabilidade e Professor do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Danilo Moreira Jabur

Especialista em Contabilidade e Professor do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Katianny Santana Gomes Estival

Doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Professora do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Introdução

No estudo das empresas e na evolução do comércio ao longo dos anos, evidencia-se a preocupação com a medição de gastos e custos para a produção de bens de consumo ou de serviços. No entanto, a contabilização de prejuízos não econômicos nem sempre esteve presente no cotidiano das entidades empresariais. Em um mundo onde cada vez mais cresce a preocupação com a qualidade de vida do planeta, lidando com questões como a escassez e a extinção de recursos naturais antes disponíveis, e onde cresce o debate sobre o impacto ambiental das ações humanas sobre o meio ambiente, as empresas também são, atualmente, advertidas a agir social e ambientalmente, preservando, conservando e reparando os danos causados.

Tendo em vista que a percepção material do que cada empresa possui (títulos financeiros, bens e patrimônios) é aferida através das demonstrações de cálculo empreendidas pela contabilidade, então aquilo que constitui as suas obrigações também o é. Nesse sentido, no presente artigo, fez-se uma breve análise sobre o papel da contabilidade ambiental no debate sobre a responsabilidade socioambiental-empresarial, com ações mais responsáveis, reduzindo os possíveis impactos negativos que estas possam causar ao meio ambiente.

Cada vez mais, o meio ambiente adquire grande importância e sua preservação torna-se condição *sine qua non* para a humanidade. As empresas inserem-

-se nesta nova dinâmica, onde o lucro não é mais o objetivo único a ser alcançado, e a crescente homogeneização de produtos e serviços oferecidos ao consumidor faz com que a empresa busque obter uma imagem responsável perante o mercado. Portanto, busca-se uma imagem associada a uma preocupação com padrões éticos comportamentais e com a preservação ambiental, de forma a caracterizar-se como uma empresa socialmente responsável.

Partindo dessa premissa, serão enfocados os seguintes aspectos no decorrer do presente trabalho: "Ações empresariais e o problema de escassez de recursos no contexto da sustentabilidade: o uso da Contabilidade Ambiental"; "Abordagens da Contabilidade Ambiental; Índices Contábeis: o caso do passivo ambiental" e "A Contabilidade Ambiental enquanto índice de competitividade".

1. A responsabilidade e o Meio Ambiente

A mudança por que vem passando a humanidade desde a sua existência na Terra tem-se revelado não somente pela relação que os homens mantêm uns com os outros, mas também pela verificação de marcas profundas, e, por vezes, irreversíveis, resultantes da sua relação com o meio em que vivem.

A busca incessante por atender às demandas naturais de sobrevivência fez com que o homem mudasse os seus próprios fundamentos acerca da relação com os

recursos naturais disponíveis e encontrasse, no aumento do volume de extração e de seu uso de tais recursos, mecanismos de aproveitamento financeiro em função de uma postura materialista frente aos recursos ambientais. Como resultado, a gestão ambiental (ou a gestão dos recursos ambientais) ganha contornos imediatistas.

Nesse sentido, ao analisar os conceitos econômicos e as práticas realizadas sobre o uso e a exploração do meio ambiente, nota-se que o desenvolvimento de uma teoria econômica que o justifique é imprescindível. Somente assim, será possível verificar possibilidades, viabilidades e instabilidades que provêm da gestão ambiental menos insegura e mais compatível com o bom uso dos recursos naturais disponíveis no planeta.

Um conceito que se antecipa a toda e qualquer discussão sobre temas, como a conservação, a preservação ambiental e a reparação de efeitos negativos ao Meio Ambiente, é aquele de desenvolvimento sustentável. Segundo a *World Wide Fund for Nature* (WWF Brasil) é "[...] o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro". Assim sendo, percebem-se os limitantes de um modelo sustentável de uso e apropriação dos recursos ambientais, de modo que garanta o desenvolvimento econômico dos povos, ao passo que assegure tal desenvolvimento a gerações futuras, em perfeita harmonia com a conservação do espaço ambiental.

A contabilidade enquanto ciência social tem o "homem" como principal objeto de estudo e não apenas o patrimônio das entidades. Tal fato denota que o contador, enquanto estudioso de seu



objeto, deve voltar seu foco para o homem e o meio em que vive, buscando, por meio de pesquisas e referenciais teóricos, maneiras inovadoras de organização do patrimônio, visando sempre o crescimento econômico com sustentabilidade ambiental, confirmando a contabilidade como ciência social aplicada. Na visão de Andrade (1996), responsabilidade ou função social é o conjunto de atribuições exercidas pelas empresas a serviço de toda a coletividade.

Segundo Barbieri (1997), a percepção para a solução de problemas globais busca, além da redução de degradações no ambiente físico e biológico, também a resolução de questões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social, praticando o então chamado desenvolvimento sustentável.

Segundo Castro (1996), as empresas que fazem um compromisso com o meio ambiente demonstram confiança e apostam no futuro. Em outras palavras, elas buscam uma nova perspectiva em que os cuidados ambientais deixam de ser obstáculos à atividade da empresa, tornam-se a garantia de que ela se firmará no mercado com maiores oportunidades de negócios.

Os recursos naturais sempre estiveram presentes nas discus-

sões acerca das atividades produtivas e, em particular, dos modos de produção. A posição ocupada pela natureza dentro da discussão econômica se dá, basicamente, em razão da forma como os recursos naturais são alocados no processo produtivo, ou seja, a questão ambiental sempre foi um “problema, em última instância, de alocação intertemporal de recursos entre consumo e investimento” (ROMEIRO, 2003).

1.1 Ações empresariais e o problema de escassez de recursos no contexto da sustentabilidade: o uso da Contabilidade Ambiental

Atualmente, a preocupação dos gestores das organizações está cada vez mais voltada para as suas ações em respeito não somente aos aspectos administrativos (controle de caixa, de gastos e lucros, etc.), mas também ao que pensa a sociedade na qual as empresas estão inseridas. Assim, conscientes desse novo papel que elas inauguram, os gestores têm sido alertados sobre a necessidade de coexistir com o Meio Ambiente sem afetá-lo negativamente.

A responsabilidade ambiental, um tema tão aclamado nos últimos anos pelos empreendimentos da comunidade internacional, tem sido discutida na realização de di-

versas conferências sobre o clima e o meio ambiente. Dentre essas, podem-se destacar: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972; Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), no Rio de Janeiro, 1992. A Eco-92 resultou em documentos importantes para o novo uso dos recursos ambientais, tais como a Agenda 21 e os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas. Em 2012, nesta mesma linha de conferências, foi realizada a Rio + 20, no Rio de Janeiro.

A responsabilidade ambiental também é tratada por entidades e organizações internacionais como a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) – *Commission on Sustainable Development*, o PNUMA (ou UNEP) - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Conselho Consultivo de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (*High Level Advisory Board on Sustainable Development*) e Comitê Inter-Agências sobre Desenvolvimento Sustentável, o que tem gerado o que se pode chamar de regime internacional sobre o clima e o Meio Ambiente.

Diante do quadro que se apresenta, tem-se percebido que a exploração desordenada dos recur-

“Assim, sendo a Contabilidade a ciência que trabalha com os cálculos e registros sobre o patrimônio das entidades, ela tem assumido também a função de verificar qual relação têm os assuntos ambientais com os aspectos econômico-financeiros das organizações.”



so naturais do planeta encontra sua origem, entre outros agentes, nas ações empresariais, revelando que a falta de visão ambiental em muitas empresas faz com que suas ações visem somente ao lucro financeiro e pouco se importem com o que causam ao meio ambiental. Tentando corrigir esse problema, as empresas do século XXI, integradas aos princípios arrolados nesse regime internacional ambiental, têm feito uso de inúmeras áreas do saber para garantir uma melhor utilização e apropriação dos recursos naturais, sem deixar de lado o objetivo maior de toda atividade administrativa: o lucro.

Assim, sendo a Contabilidade a ciência que trabalha com os cálculos e registros sobre o patrimônio das entidades, ela tem assumido também a função de verificar qual relação têm os assuntos ambientais com os aspectos econômico-financeiros das organizações.

Atualmente, acredita-se que a responsabilidade ambiental não está somente ligada às ações individuais ou dos governos, mas é também responsabilidade das empresas. A elas cabe, afinal, a responsabilidade na sociedade em que estão inseridas.

A demonstração de que a inclusão de ciências como a Contabilidade na melhor atuação sobre meio ambiental e social dessas empresas é aquela em que afirmam Poletto & Morozoni (2008):

A contabilidade, conhecida primeiramente como um sistema de informações formal e estruturado, tem como objetivo principal o controle do patrimônio das entidades, proporcionando aos gestores, a tomada de decisão correta. Ao longo do tempo, no entanto, as questões ambientais têm influído diretamente nestas decisões. Os recursos naturais, considerados abundantes e livres, estão se tornando escassos. O uso indiscriminado do ar, da água e do solo está fazendo com que as empresas repensem a utilização desses chamados “bens livres”. O tratamento de efluentes, a preservação ambiental, o controle da poluição do ar, a destinação do lixo e o reflorestamento, têm sido considerados obrigações, principalmente para as empresas industriais. Tudo isso se torna custo e ao mesmo tempo investimento na continuidade da empresa, um dos pressupostos básicos da contabilidade.

Defender o meio ambiente, portanto, está para as empresas como o desafio de arcar com tudo o que tal defesa acarreta. Apesar de ser um benefício para o Meio Ambiente, tais cálculos trazem para a empresa problemas com os quais têm que lidar, causando-lhes impactos em seus orçamentos, aumentando seus gastos. Muitas empresas, pela impossibilidade de arcar com tecnologias

no desenvolvimento de produtos menos poluentes, incorre na geração de passivos ambientais. Em termos contábeis e na visão de Poletto & Morozoni (2008), “representa os danos causados ao meio ambiente, representando, assim, a obrigação, a responsabilidade social da empresa para com os aspectos ambientais”.

A inclusão de cálculos estimativos no passivo, ou seja, os danos ambientais causados e, no ativo, os bens e direitos que tenham alguma relação com a recuperação do meio ambiente pode não fazer parte necessariamente do balanço patrimonial, sendo, portanto, factível a realização de um relatório específico ou de demonstrações outras que apresentem as ações e os esforços empreendidos pela entidade.

2. Abordagens da Contabilidade Ambiental

Através da consciência de que todos os recursos ambientais são finitos, e, portanto, limitados, a visão que se tem é de que devem ser racionalmente utilizados, sob pena de comprometimento do equilíbrio ecológico do planeta. Nesse sentido, a congruência de diversas matérias, oriundas de diversas áreas do conhecimento inicialmente distantes do tema ambiental, garante uma melhor explicação do que se entende por bom uso dos recursos naturais disponíveis.

Sob a forma de ciência social que apresenta condições, por sua forma sistemática de apresentar resultados e produtos, bem como registros de controle, a contabilidade vem para contribuir de forma positiva para o tema ambiental, uma vez que pode fazer o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade, bem como garantir o cômputo preciso de suas alterações; todos, a saber, expressos monetariamente.

A Contabilidade Ambiental, assim, conforme Zanluca [s.d.],

[...] passou a ter status de um novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do “relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais” pelo Grupo de trabalho inter-governamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e relatórios (ISAR – United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting).

Em decorrência, portanto, do debate acirrado sobre a decadência e a escassez dos recursos naturais em todo o mundo, nos últimos tempos, medidas necessárias, de ordem econômica, política e social, urgem-se para a reversão deste cenário. Conhecer todo o processo também se tornou indispensável, inclusive para poder alcançá-lo em todas as suas peculiaridades.

Tendo em vista que garantir a reversão de efeitos negativos sobre o Meio Ambiente é tarefa impossível, de modo que se deve garantir ainda o atendimento da demanda de bilhões de moradores deste planeta em meio ao processo de aferição econômica dos problemas ambientais, a Contabilidade Ambiental garante uma melhor tomada de decisão através de políticas ambientais baseadas em uma gestão ambiental que se preocupe com a geração de lucros sustentáveis em médio e longo prazos, em meio à preservação ambiental.

De acordo com Zanluca (2012), as vantagens que se apresentam de tais cálculos contábeis são inúmeras e podem ser apresentadas sob a forma de:

- a) identificação e alocação de custos ambientais, de maneira que os investimentos tenham estreita relação com os custos e benefícios ambientais;
- b) aferição econômica da redução de gastos com recursos naturais, tais como água, energia e outros recursos, sendo renováveis ou não;
- c) produção de informações e demonstrativos sobre a eficácia e a viabilidade econômica das ações ambientais;
- d) publicação de relatórios e demonstrativos contábeis, tais como o balanço ambiental;
- e) contribuição para a sociedade de ações ambientais compatíveis com a boa imagem que



“Passivo Ambiental é muito usado nas Ciências Contábeis como sendo capital de terceiros ou obrigações, e ainda como provisões para cobrir eventuais externalidades negativas causadas pelas empresas.”

a entidade produtora deseja passar para a sociedade.

Desse modo, o controle das atividades, desenvolvidas ou em fase de desenvolvimento, não sendo observada a sua relevância, e, desde que mensurável em moeda, possa causar ou cause qualquer dano ambiental ou ação destinada a reparar, reduzir, mitigar ou extinguir tal dano pode ser objeto de demonstração contábil.

3. Índices Contábeis: o caso do passivo ambiental

Passivo Ambiental é muito usado nas Ciências Contábeis como sendo capital de terceiros ou obrigações, e ainda como provisões para cobrir eventuais externalidades negativas causadas pelas empresas. Para Martinez Alier (2007), o termo está ligado ao “intercâmbio ecologicamente desigual”. Portanto, é um termo controverso e sua contabilização é complexa, pois o termo para Alier (2007) traz em si um valor mais qualitativo do que quantitativo, em virtude da incomensurabilidade dos danos causados e irreversíveis ao meio ambiente. Seu valor como provisão para eventuais danos ao meio ambiente é apenas um valor monetário que

não traduz o verdadeiro valor do meio ambiente.

Mas é inquestionável a contribuição da Ciência Contábil para o meio ambiente. A contabilidade que se dedica a essa tarefa é a Contabilidade Ambiental. Muitos autores a classificam como Contabilidade Verde ou como Contabilidade dos Recursos Naturais. A ONU desenvolveu o termo SICEA, Sistema de Contabilidade Econômica e Ambiental. A aplicação da contabilidade ambiental no setor público tem como objetivo efetuar mudanças no Sistema de Contas Nacionais, introduzindo os ativos e passivos ambientais nos seus demonstrativos. A valoração de bens e serviços ambientais não tem relação com a contabilidade ambiental, “embora essa valoração seja um de seus componentes necessários” (LIMA, 2011).

A importância da contabilidade ambiental consta na Agenda 21, propondo a adoção “em todos os países” de um sistema de contas nacional que integrem a contabilidade ambiental e a contabilidade econômica. Mas, para uma redefinição de contas nacionais, é preciso uma mudança no modo de fazer política; o meio ambiente é um bem público e deveria ser contabilizado como um bem incomensurável dentro do sistema de contas nacionais (LIMA, 2011).

Sendo um Passivo, cuja conotação dentro da contabilidade significa capital de terceiro ou obrigação para com terceiros, ele é devido a quem está sendo lesado, pois algum valor tem que ser pago como compensação para a população afetada com a perda desse ativo ambiental. Para a Economia Ecológica, é premente a necessidade de manutenção do capital natural, principalmente os que não têm substituição e que tem a função de suporte à vida. Um ativo significa a capacidade que um bem tem de gerar benefícios futuros, o que aumenta o seu capital. O ativo ambiental, necessariamente, deveria ter essa capacidade de gerar benefícios futuros para a humanidade, aumentando assim o seu estoque de capital natural. O ativo ambiental menos o passivo ambiental deveria ser uma conta superavitária, com um patrimônio líquido ambiental positivo (capital natural). É consenso entre os cientistas que o estoque do capital natural está se perdendo rapidamente, o que indica insustentabilidade ambiental, sendo este um reflexo do uso inadequado do capital natural, o qual acarreta a perda do ativo ambiental, podendo em longo prazo causar falência do meio ambiente.

Apesar dos recentes avanços observados na Ciência Contábil

com relação às questões ambientais, nota-se em nível mundial que os dados fornecidos pelas demonstrações contábeis não são suficientes para atender aos seus usuários para à tomada de decisões. A falta de evidência do passivo ambiental leva a falsa avaliação da verdadeira situação econômico-financeira das empresas de forma geral. O Instituto Brasileiro de Contabilidade (Ibracon), segundo as Normas e Procedimentos de Auditoria (NPA) 11 – Ba-

lanço e Ecologia definem o Passivo Ambiental como “toda agressão que se praticou ou se pratica contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”.

C i t a - s e como exemplo de passivo ambiental não evidenciado o caso da subsidiária do grupo francês Rhône-Poulenc – Rhodia –, que atua no setor de produtos químico, quando adquiriu as instalações de outra empre-

sa, no município de Cubatão-SP, para instalar uma nova unidade, além das instalações, adquiriu também grandes depósitos de lixos químicos, que exigiam tratamento sob risco de inviabilizar a

continuidade da empresa. Segundo o gerente regional da Rhodia em Cubatão, “a análise ambiental é prioritária em qualquer operação de compra e venda do grupo. Aqui no Brasil, laudo da CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo) vale mais do que fluxo de caixa (Exame, 1991)”.

Para Kraemer (2005),

Passivo Ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto e longos prazos, destinada única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental.

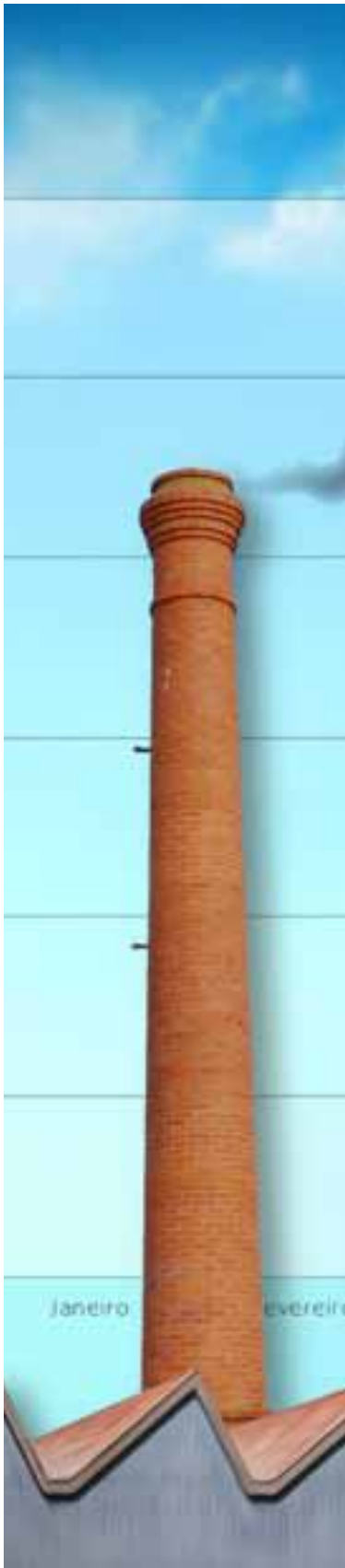
Nesse sentido, cabe perfeitamente falar, uma vez que tratam-se de obrigações, em benefícios econômicos que serão usados em detrimento de um maior compromisso com a proteção e a preservação do Meio Ambiente.

Cabe ressaltar que o reconhecimento desse tipo de obrigação por parte dos agentes empresa-

riais é revelador de um novo tipo de mentalidade a que se chegaram tais atores econômicos: a de que, mediante o usufruto dos recursos naturais para efeitos de produção econômica que vise ao lucro das empresas, o meio ambiente deve ser em tudo considerado e preservado. Outro elemento a ser adicionado à discussão presente é a conotação negativa que muitas vezes é atribuída aos passivos ambientais. A própria noção de gastos que do conceito de passivo decorre já constitui em despesas em decorrência de transações passadas ou presentes. Ademais, conforme Ribeiro & Gratão (apud KRAEMER, 2005), os passivos ambientais:

Ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, ou seja, as empresas que o possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização de terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas.

Contudo, deve-se ressaltar que os passivos não têm sua origem somente no aspecto negativo, de modo que podem originar-se de atitudes ambientalmente responsáveis, como aquelas que decorrem de certa manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, para constar.



4. A Contabilidade Ambiental enquanto índice de competitividade

A Ciência Contábil, assim como as demais ciências, tem a função de empreender esforços em favor do meio ambiente, evidenciando em seus relatórios a poluição, as agressões à natureza e, por conseguinte, estará defendendo a vida humana. A Contabilidade é uma ciência social aplicada e tem como objeto de estudo o patrimônio de qualquer entidade. As entidades se compõem de bens e pessoas, sendo um sistema social. Para Lopes e Martins (2005), “a escolha de um método para o trabalho com contabilidade está longe de ser uma questão meramente científica e técnica e possui raízes profundas no ambiente social e na força exercida pelas instituições locais”.

A proposta de Sustentabilidade Ambiental surge em oposição ao modelo de desenvolvimento convencional – onde a busca pelo crescimento econômico omite as questões inerentes ao meio ambiente – e lança as bases para um processo de mudança na consciência e nos padrões de comportamento da sociedade, em matéria ambiental (MARINHO, 2000).

Como parte dessa sociedade, as empresas também devem inserir-se nesse processo de “transição à Sustentabilidade”, sob pena de sucumbir na acirrada disputa empresarial, a qual vem se tornando cada vez mais favorável às expectativas de recuperação, preservação e proteção ambiental. Dessa forma, a competitividade empresarial tende a funcionar como uma espécie de válvula propulsora da postura ambiental das empresas.

Do ponto de vista histórico, essa premissa revelou um importante avanço em termos de beneficiamento ambiental. Com efeito, a conscientização ecológica global

passou a incrementar o fator ambiental de forma mais intensa no ambiente competitivo das empresas, criando condições para o deslocamento do eixo da racionalidade econômica para a racionalidade ecológica (LAYRARGUES, 2000), de modo que estas empresas vêm transcendendo, de um padrão predominantemente reativo de comportamento ambiental a uma modalidade mais condizente com o contexto contemporâneo de mudanças, o comportamento proativo (DONAIRE, 1999). Tal transição é colocada por alguns autores como uma mudança paradigmática na relação empresa – meio ambiente por meio da gestão ambiental. Entretanto, acredita-se aqui que, na prática, apesar dos avanços positivos dessa transição comportamental, a incorporação da variável ambiental não representa ainda uma mudança paradigmática nas formas de conceber e implantar ações por parte das empresas em direção à sustentabilidade ambiental, mas, sim, uma busca da inserção na competitividade empresarial pela via ambiental, não significando, necessariamente, uma conscientização ecológica das empresas (LAYRARGUES, 2000).

Por outro lado, considerando-se ainda o caráter propulsor da competição empresarial para o envolvimento ambiental das empresas, cabe frisar que o ambientalismo atual fortemente instrumentado pelos organismos de autorregulação, em particular a ISO 14001, vem fomentando o ainda pequeno contingente de consumidores e demais *stakeholders* da empresa ecologicamente conscientes, o que torna a incorporação da variável ambiental cada vez mais um requisito do mercado. Assim, a competitividade empresarial ganha aos poucos uma nova denominação: competitividade verde.

Sob a condução dessa nova perspectiva de competitividade, o enquadramento empresarial passa a ser encarado como uma necessidade de sobrevivência das empresas e não mais uma estratégia alternativa como nos modelos de desenvolvimento convencionais. Portanto, este trabalho faz uma reflexão sobre o processo de sustentabilidade empresarial sob a influência da chamada competitividade verde.

Tendo em vista que o tema da responsabilidade ambiental vem sendo cada vez mais encarado como assunto estratégico dentro das entidades empresariais, não é surpresa o fato de que ele tem se tornado fator de competitividade nas relações comerciais modernas. Estudos e análises mostram que empresas que têm destinado parte de sua atenção ao cuidado com o meio ambiente, buscando a sua preservação e conservação e, além disso, contribuindo para a redução e a mitigação de efeitos negativos oriundos de suas próprias ações, têm alcançado a preferência dos seus clientes.

Certamente, os progressos adquiridos por meio da inclusão da Contabilidade Ambiental no referido contexto e o papel que seus cálculos têm desempenhado têm permitido que essas empresas não somente busquem diminuir o impacto de suas ações no meio ambiente, mas também disponibilizem ao seu público consumidor dados sobre a sua política ambiental, adensando ainda mais a consciência de todos em favor da construção de um espaço ambiental mais seguro e sustentável em longo prazo.

Ademais, a percepção dos usuários dos serviços ou dos compradores dos bens que produzem tais empresas melhoram ao passo em que elas aumentam a sua preocupação ambiental, reconhecendo,

para tanto, a sua responsabilidade ambiental. Tal percepção configura-se, seguramente, no reconhecimento por parte do público, além de que a utilização de processos produtivos responsáveis ambientalmente pode produzir benefícios adicionais, tais como a diminuição de taxas e multas ambientais, menores custos de produção e resíduos, entre tantos.

Como afirma KRAEMER (2005),

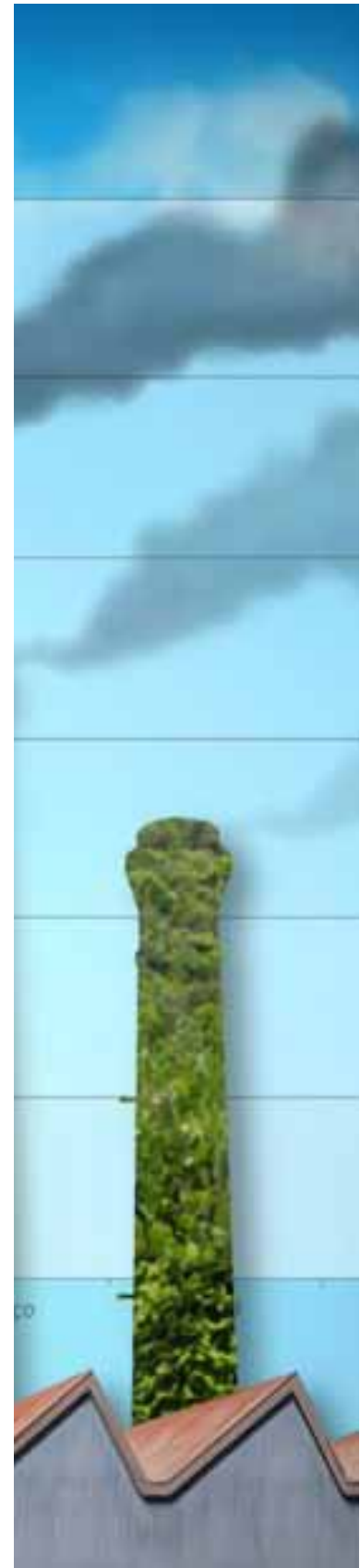
Logo, a empresa precisa se adaptar aos parâmetros exigidos para não agredir ao meio ambiente e, por meio do reconhecimento e da divulgação do seu passivo ambiental, e da evidenciação dos ativos ambientais e dos custos e despesas com a preservação, proteção e controle ambiental, ela torna claro para a sociedade o nível dos esforços que vem desenvolvendo com vistas ao atingimento de tais objetivos.

Hoje, as questões socioambientais já se configuram como requisitos de participação e permanência no mundo dos negócios, condicionando e articulando operações e relações de natureza comercial. Segundo Souza (2002),

O que anteriormente foi dirigido por interesses que estavam fora do mundo dos negócios é agora direcionado por interesses que existem dentro dos ambientes econômicos, político, social e mercadológico das empresas.

A esse respeito Souza (2002) acrescenta que:

(...) investidores e acionistas estariam interessados em correlações positivas entre performances econômica e ambiental; os bancos estariam associando performances ambientais ruins a risco financeiro mais elevado;



e associações comerciais, educacionais e religiosas passaram a institucionalizar determinadas demandas ambientais.

Portanto, diante desse novo público, as ações ambientais empresariais vêm se tornando também uma questão cada vez mais competitiva e passa a envolver toda a divisão organizacional, bem como os públicos interno e externo da empresa.

O mercado não é o único usuário da informação contábil. A contabilidade precisa ser notada como uma ciência que está inserida de forma ampla no contexto sociocultural (LOPES e MARTINS, 2005). A pesquisa contábil deve evidenciar para a sociedade todos os atos e fatos contábeis, atendendo a 'finalidades sociais mais amplas, inclusive relatar adequadamente ao público informações sobre a amplitude e a utilização dos poderes das grandes companhias'. Essa é uma tarefa difícil em um país como o Brasil, pois essas informações não são de interesse das grandes companhias. Na Inglaterra, já existe a obrigatoriedade, em alguns tipos de empresas, de evidenciar fatos que causam impacto social. Mas levando em consideração a inserção de multinacionais em países como o Brasil, com todo o poder que têm, essas informações

são necessárias e deveriam ser obrigatórias. A Ciência Contábil necessita desenvolver métodos que contribua para o bem-estar social, com pesquisas que tenham como foco, o desenvolvimento social (IUDICIBUS, 2000, citado por STARKE JUNIOR, 2006).

Segundo Martins e Ribeiro (1995), a maioria das empresas demonstra resistência na adoção de medidas de prevenção ambiental. Mas essa realidade vem mudando, diante da realidade incontestável de ter que aplicar recursos na preservação ambiental. Em face deste novo cenário, a Contabilidade tem a finalidade de adequar-se a essa nova realidade, evidenciando aos seus usuários informações de natureza ambiental.

Segundo Ribeiro e Lisboa (1999):

A evidenciação dos fatores que refletem a interação da empresa com o meio ambiente é fundamental. Qualquer que seja o usuário dessa informação poderá estar interessado na identificação dos riscos de eventual descontinuidade e das perspectivas de continuidade, tendo em meta as ações e pressões governamentais da comunidade financeira, de crédito e sociedade em geral.

A evidenciação (*disclosure*) das práticas ambientais da empresa é fundamental para o conhecimento

dos usuários que estejam interessados em avaliar se existem riscos de falência de uma empresa. Nos Estados Unidos da América, as instituições financeiras têm restringido a concessão de empréstimos às empresas que apresentem qualquer risco ambiental potencial, principalmente as pequenas empresas. São considerados como riscos: o risco da não restituição do empréstimo concedido; e a possibilidade de falência da empresa e consequente responsabilização da instituição financeira pelos prejuízos causados ao meio ambiente.

No estado da Geórgia, EUA, uma instituição financeira - Fleet Factors - concedeu um empréstimo para uma estampa-ria de tecidos, tomando como garantia as instalações de produção e os equipamentos. Algum tempo depois, tendo esta empresa falido, a Fleet beneficiou-se da venda de alguns de seus bens como compensação pelo empréstimo concedido. Foi, então, considerada responsável pelos rejeitos poluentes deixados pela empresa, sendo processada pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos, a qual requeria a cobertura dos custos de remoção de amianto e outros processos de limpeza nas instalações. De

acordo com entendimento da EPA, a instituição financeira tinha condições de influenciar na administração da empresa, consequentemente no tratamento dispensado aos rejeitos perigosos, tendo em vista o montante do empréstimo concedido (MARTINS e RIBEIRO, 1995).

Na Europa, a evidenciação contábil das questões ambientais vem-se tornando cada vez mais presente nas organiza es. Por exemplo, na análise dos relatórios de 51 empresas espanholas, no período de 1992 a 2002, foi demonstrado que, a partir de 2002, as informa es sobre práticas ambientais tornaram-se frequentes, como notas, nas demonstra es contábeis anuais, embora o grau de evidencia o fosse muito heterog neo quanto   forma, quantidade e qualidade da informa o (LLENA et al., 2007).

As informa es quanto ao desempenho ambiental das empresas são uma exigência da sociedade. Porém, padrões de indicadores ambientais não estão claramente definidos de modo a evidenciar as questões ambientais (positivas ou negativas) nos resultados das empresas (LIMA e VIEGAS, 2002). Dessa forma, devem ser realizados estudos prospectivos nos diferentes ramos industriais, com enfoques regionais, para de-

envolver indicadores ambientais pertinentes.

Considera-se a influência dos *stakeholders*, da sociedade e da popula o como o mais novo instrumento de regula o e tutela da questão socioambiental dentro dos negócios empresariais, que, ao lado dos mecanismos compulsórios, teriam o efeito de conduzir o empresariado a práticas ambientais mais proativas ao cobrar maior desempenho e transparência ambiental das empresas como requisitos para as opera es e rela es com a sociedade.

Também se admite que as informa es sobre o passado e o presente ambientais da empresa pode garantir-lhe um futuro ambiental mais consistente, por meio de opera es conscientes e defensivas do papel que tal empresa representa na comunidade ambiental. Assim sendo, o posicionamento estratégico de tal empresa pode ser alcançado não somente com os princípios clássicos de uma boa empresa, a saber: eficiência, produtividade, qualidade, etc., mas, também, o cuidado com o meio ambiente, princípio que tem se tornado o cerne da preocupa o dos gestores modernos e garantidor da satisfa o dos clientes.

Espera-se que pesquisas futuras possam contemplar métodos para uma melhor evidencia o da rela o empresa, meio ambiente e sociedade, onde a

gestão ambiental seja abordada de forma integrada e participativa, onde os usuários sejam envolvidos em estratégias da política ambiental empresarial.

Considera es Finais

A empresa relaciona-se com o meio ambiente, causando impactos de diferentes espécies e intensidades. Dessa maneira, uma empresa ambientalmente responsável procura minimizar os impactos negativos e ampliar os positivos.

Os impactos gerados por atitudes desrespeitosas e irresponsáveis dos agentes econômicos, entre eles, as empresas para com o meio ambiente, não são mais admitidos em um mundo que cada vez mais se preocupa com o futuro e com o presente do seu espaço ambiental. Nesse sentido, a organiza o de estratégias traz consigo não somente uma maior consciência sobre o uso de recursos ambientais, mas também a admissão de erros que pode incorrer na redu o ou esgotamento de recursos naturais, o que possibilita um novo processo de produ o de lucro por parte das empresas: um lucro que, além de objetivar os ganhos econômico-financeiros, também devem aferir os gastos ambientais no processo.

A formula o de teorias, desse

“A empresa relaciona-se com o meio ambiente, causando impactos de diferentes espécies e intensidades. Dessa maneira, uma empresa ambientalmente responsável procura minimizar os impactos negativos e ampliar os positivos.”

modo, que aumentem a responsabilidade dos entes econômicos para o meio ambiente é a garantidora de que excessos não serão mais produzidos. Nesse contexto, a Contabilidade, enquanto método sistemático de cálculos e demonstrações financeiras, não

poderia permanecer encerrado ao objetivo-fim de mensurar quantitativamente os lucros e o patrimônio da empresa.

A chegada de modelos de demonstração contábil que apresente ao público a preocupação das empresas com os gastos am-

bientais incorridos de suas ações, bem como aquilo que se dispõe a fazer para reduzir os impactos ambientais negativos decorrentes, traz para o mundo atual uma nova consciência da responsabilidade empresarial para com o Meio Ambiente.

Referências

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. *Administração de relações públicas no governo*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21*. Petrópolis, Vozes, 1997

CASTRO, N. (Coord.). *A questão ambiental: o que todo empresário precisa saber*. Brasília: SEBRAE, 1996.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Gestão ambiental e mudança na estrutura organizacional. *Revista de Administração de Empresas (RAE – Eletrônica)*, v.2, n.2, p.1-23, 2003.

DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

EXAME. *A natureza é o negócio da década*. São Paulo. Ed. Abril: 10 jul. 1991. P. 42-49.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contabilidade. *NPA 11 – Normas e Procedimentos de Auditoria – Balanço e Ecologia*, 2000.

JABBOUR, Charbel José Chiappetta; SANTOS, Fernando César Almada. Evolução da gestão ambiental na empresa: uma taxonomia integrada à gestão da produção e de recursos humanos. *Gestão e Produção*, v.13, n.3, p.435-448, set.-dez. 2006.

KRAEMER, Maria Elisabeth P. *Contabilidade Ambiental o passaporte para a competitividade*. 2005. Disponível em: http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/CONTABILIDADE%20PASSAPORTE.pdf. Acesso em junho de 2012.

LAYRARGUES, Philippe. Pomier. *Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa meio ambiente no eco capitalismo*. Disponível em: http://www.casa.bio.br/apostilas/EA_e_Empresas.pdf>. Acesso em: abril de 2008.

LIMA, L. H. M. *A contabilidade ambiental como instrumento de controle externo*. IX Simpósio de Auditoria em Obras Públicas. Disponível em: http://www.ibraop.org.br/site/media/sinaop/09_sinaop/contabilidade_ambiental.pdf. Acessado em fevereiro de 2011.

LLENA, F., MONEVA, J.M., HERNANDEZ, B. Environmental disclosures and compulsory accounting standards: The case of Spanish annual reports. *Business Strategy and the Environment*, v. 16, n. 1, p. 50-63, 2007.

LOPES, Alexandro Broedel. MARTINS, Eliseu. *Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas, 2005.

MARINHO, Márcia Mara de Oliveira. *Sustentabilidade, as corporações e o papel dos instrumentos voluntários de gestão ambiental: uma reflexão sobre conceitos e perspectivas*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/popambient_2/pag_342.pdf. Acesso em: maio de 2008

MARTINS, E., RIBEIRO, M. S. A Informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilidade do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. *Contab. Vista & Ver*. Belo Horizonte, v. 6, n.1, p. 22-32. 1995.

MARTINEZ-ALIER, Joan. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto. 2007.

POLETO, João Batista; MOROZINI, João Francisco. A Contabilidade Ambiental e a evidenciação dos gastos na empresa. *UNICENTRO - Revista Eletrônica Lato Sensu*. 2008. Ed. 5.

POLETO, João B. , MOROZINI, João F. *A CONTABILIDADE AMBIENTAL E A EVIDENCIAÇÃO DOS GASTOS NA EMPRESA*. Disponível em: http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/5%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Aplicadas/PDF/2-Ed5_CA-Conta.pdf. Acesso em julho 2012.

RIBEIRO, Maisa de Souza, LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, n. 115, p. 72-81, jan./fev. 1999.

ROMEIRO, A.R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. In: MAY, P.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. de. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

STARKE JUNIOR, P. C., FREITAG, U. C., CROZATTI, J. *A função social da pesquisa em contabilidade*. II Seminário de Ciências Contábeis. Blumenau/SC, 22 a 24 de agosto de 2006.

SOUZA, R. S. Evolução e Condicionantes da gestão ambiental nas empresas. *READ – Revista Eletrônica de Administração*. V.8, n. 6, edição 30, 2002.

WWF-Brasil. *Sustentabilidade* Disponível em: http://www.wwf.org.br/participe/empresas_meio_ambiente/porque_participar/sustentabilidade/. Acessado em fevereiro de 2012.

ZANLUCA, Júlio César. *O que é Contabilidade Ambiental?* Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>. Acesso em julho de 2012.